



## REDES SOCIAIS

# Justiça tira Telegram do ar por sonegar dados

Plataforma entrega informações parciais de grupos neonazistas investigados no inquérito de ataque a escola capixaba

» LUANA PATRIOLINO  
» VICTOR CORREIA

A 1ª Vara Federal de Linhares (ES) determinou, ontem, a suspensão do aplicativo de mensagens Telegram em todo o país. Isso porque a plataforma entregou dados incompletos de grupos neonazistas que arquitetavam ataques a escolas. Além de ser tirado do ar, a multa aplicada ao aplicativo de mensagens por sonegar as informações saltou de R\$ 100 mil para R\$ 1 milhão por dia caso continue se recusando a fornecer os dados.

O Telegram chegou a fornecer, na última sexta-feira, as informações sobre os grupos neonazistas, mas somente depois de a Justiça exigí-las em até 24 horas. Já ali a plataforma recebeu o aviso de que seria suspensa e multada caso não cumprisse a determinação. Os dados foram requeridos depois que a investigação sobre o ataque a uma escola em Aracruz (ES), que deixou quatro mortos e 12 feridos, apontou a interação do assassino com grupos de conteúdos antissemitas por meio do aplicativo de mensagem.

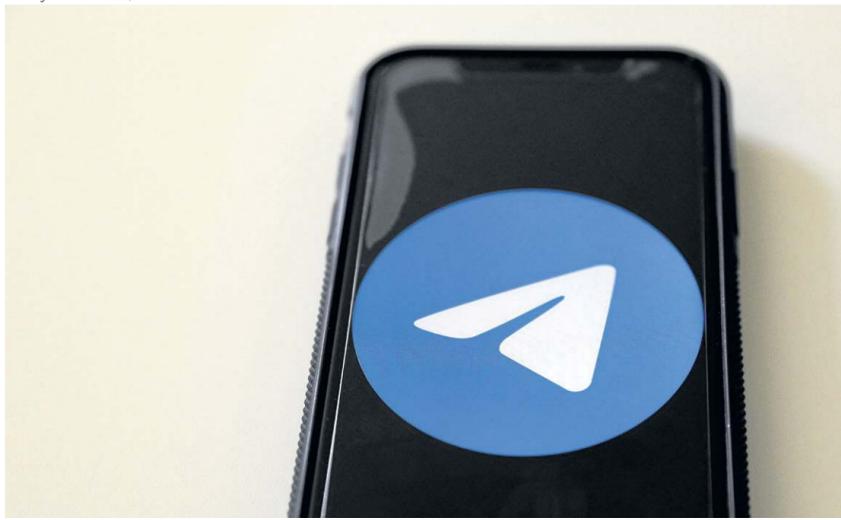
“Ante a recalcitrância do Telegram em cumprir de modo integral o que lhe foi ordenado judicialmente, e subsistindo todas as razões que, anteriormente, fundamentaram o deferimento do pleito de afastamento do sigilo de dados telemáticos do canal “Movimento Anti Semita Brasileiro” e do grupo “Frente Anti-Semita”, e, ainda, presente o relevante interesse social no esclarecimento dos fatos apurados no inquérito policial, impõe-se a aplicação das sanções”, observa a decisão o juiz Wellington Lopes da Silva.

### Má vontade

O magistrado acrescenta: “Como os fatos demonstrados pela autoridade policial revelam evidente propósito do Telegram de não cooperar com a investigação em curso (relativa a fato em tese criminoso do mais elevado interesse social), majoro a multa anteriormente cominada para R\$ 1 milhão por cada dia de atraso no cumprimento fidedigno da decisão anteriormente proferida”.

Segundo a Polícia Federal (PF),

Geoffroy Van Der Hasselt/AFP



Telegram tem um histórico de não cooperação com a Justiça. TSE ameaçou suspendê-lo no ano passado

as empresas de telefonia Oi, Claro, Vivo, Tim, além do Google Apple e da Play Store foram notificadas. Na última quinta-feira, o Ministério da Justiça e da Segurança Pública

abriu um processo administrativo contra o Telegram, após a empresa ter ignorado os pedidos da pasta e da PF para a entrega de dados dos usuários envolvidos na

disseminação de conteúdos neonazistas e de incitação à violência.

Segundo o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, “a PF pediu e o Poder Judiciário

deferiu que a rede social que não está cumprindo as decisões tenha uma multa de R\$ 1 milhão por dia e suspensão temporária das atividades. Exatamente porque há grupamentos lá, denominadas frentes antissemitas, movimentos antissemitas, atuando. E sabemos que isso está na base da violência contra as nossas crianças, contra nossos adolescentes”.

O Telegram tem um histórico de não cooperação com as autoridades judiciais brasileiras. Na corrida presidencial do ano passado, a plataforma correu risco de ser suspensa por não cooperar com a determinação do Tribunal Superior Eleitoral de coerção às mentiras e desinformações. O TSE tentou notificar o representante legal do aplicativo — cuja sede é em Doha, no Catar — no Brasil, mas sem sucesso. Depois da ameaça de ser tirada do ar é que o Telegram manteve contato com a Corte e concordou em cooperar.

Em 10 de março, Dino se reuniu com representantes das plataformas para cobrar delas colaboração na repressão ao discurso de ódio e às ameaças de ataques às escolas.

## QUESTÃO INDÍGENA

# Meta é criar universidade

» TAINÁ ANDRADE

Os indígenas que integram o Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena aproveitaram a programação de ontem do Acampamento Terra Livre (ATL) para a elaboração de um documento que pede a retomada das discussões para a criação da Universidade Indígena do Brasil. A proposta tinha sido acolhida pelo Ministério da Educação (MEC) no governo Dilma Rousseff, em 2014.

Rita Potiguara, coordenadora do fórum, explica que “a ex-presidente havia anunciado, em 2015, na Conferência Nacional de Política Indigenista, a criação de uma universidade intercultural brasileira. Temos vários modelos desse tipo de universidade na América Latina. Alguns são compostos diretamente pelas próprias organizações indígenas, e outros são compostos pelo Estado. Faz parte do sistema de Ensino Superior do país”.

A proposta — a ser entregue ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao ministro da Educação, Camilo Santana — visa criar uma instituição de ensino na qual a educação tradicional não deixaria de ser lecionada, mas os conhecimentos indígenas teriam o mesmo peso no currículo. Pessoas não pertencentes aos povos originários poderiam ter acesso à universidade, que teria campi construídos em diversas regiões do país para atender à demanda das várias nações nativas brasileiras. Além disso, a gestão da instituição seria majoritariamente composta por indígenas.

“Essa proposta da universidade vai concluir o ciclo da educação indígena. Esse ensino não deve acontecer somente no ensino básico, mas também no superior. Fazemos parte de diversos sistemas de conhecimento que são alinhados aos saberes tradicionais. Quanto mais amplo for o conhecimento, mais a pluralidade vai fortalecer”, afirmou Rita.

Vinicius Loures/Agência Câmara



TA POTIGUARA  
disciplinares

**Temos vários modelos desse tipo de universidade na América Latina. Alguns são compostos diretamente pelas próprias organizações indígenas, e outros são compostos pelo Estado. Faz parte do sistema de Ensino Superior do país”**

**Rita Potiguara,**  
coordenadora do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena

### Linguagem

Entre as reivindicações do Fórum Educação Escolar Indígena está a inclusão das línguas nativas no material didático distribuído às escolas indígenas já existentes. A demanda, nas aldeias, por professores oriundos dos povos originários, também é outra necessidade. Atualmente, há 2,6 milhões de professores na rede pública básica de ensino, sendo 15.873 indígenas (0,79%), de acordo com o Censo Escolar de 2020, feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Há, ainda, outras reivindicações a serem encaminhadas aos

MEC, tais como: um Ensino Médio indígena que seja específico e diferenciado; a construção do Sistema/Subsistema Nacional de Educação Escolar Indígena; as colocações de um representante dos povos originários no Conselho Nacional de Educação (CNE); a retomada dos territórios etnoeducacionais; e a volta da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI).

O fórum reivindica, também, a possibilidade de discutir a formação de um fundo voltado à Educação Escolar Indígena e a criação de uma Secretaria Especial de Educação Escolar Indígena — atualmente, o atendimento está restrito a uma coordenadoria.

## VERÃO É NO ROYAL

Tem que ser no Royal Tulip Brasília Alvorada. O hotel perfeito para viagens rápidas com descanso e diversão para toda família.

**ESTRUTURA COMPLETA E LUXUOSA PARA CURTIR A MELHOR ESTAÇÃO DO ANO.**

- Quartos espaçosos e com varanda
- 2 piscinas para adulto e 1 infantil
- Spa relaxante
- Restaurante, bar e pub inglês
- Fitness center
- Vista para o Lago Paranoá

**Reserve agora**

**E tem mais: aqui a diversão dos pequenos é garantida!**

- Piquenique ao ar livre\*
- Cabaninha para crianças\*
- Kids Club

\*Os serviços estão sujeitos à disponibilidade e necessitam de agendamento prévio.

INFORMAÇÕES E RESERVAS:

Tel: +55 (61) 3424 7018  
rtbsba.reservas@goldentulip.com.br  
royaltulipbrasilialavorada.com

SHTN Trecho 1 Conj. 1B | Asa Norte - Brasília - DF